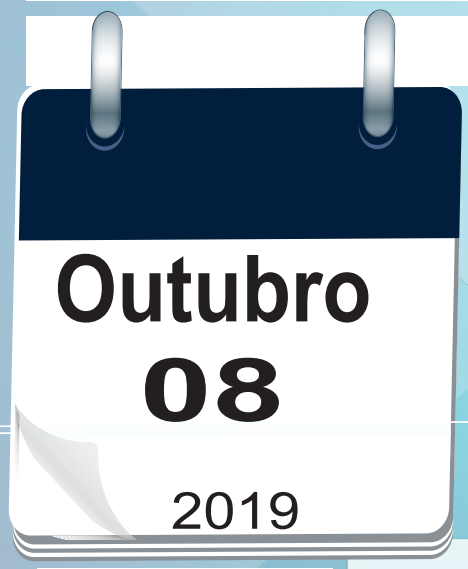
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (08/10)

Reforma da Previdência goiana deve sair este mês

DÉFICIT Governador Ronaldo Caiado diz que proposta será enviada à Assembleia Legislativa ainda em outubro; governo prepara cinco projetos sobre o tema, sendo uma PEC e quatro projetos de lei

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

André Costa



Governador Ronaldo Caiado (DEM), durante reunião ontem com parlamentares da bancada goiana no Congresso

O governo de Goiás deve enviar a proposta estadual de reforma da Previdência ainda neste mês à Assembleia Legislativa. A reforma, segundo afirmou o governador Ronaldo Caiado (DEM) ontem, durante reunião com deputados federais e senadores, será feita via Proposta de Emenda à Constituição (PEC), mas O POPULAR apurou que o governo também prepara quatro projetos de lei a respeito do assunto, sendo duas ordinárias e duas complementares.

Segundo o governador, a decisão foi tomada diante da lenta tramitação da PEC paralela que tramita no Senado e inclui Estados e municípios no texto da reforma da Previdência federal. Ainda não há texto final e, mesmo que vá para a Câmara dos Deputados neste ano, o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), já afirmou que o texto só deve ir a plenário no ano que vem.

Dada a situação, Caiado diz que não pode esperar. "Não tenho como esperar uma PEC no Senado, porque não sei se vai produzir resultados e ano que vem é ano eleitoral", afirmou o democrata. "Entre os dias 17 e 24 de outubro, eu encaminharei à Assembleia Legislativa a emenda constitucional da reforma da Previdência para que a gente exponha, debata e discuta bastante", disse na reunião.

À reportagem, o governador afirmou que é necessário ter celeridade para aprovar a reforma estadual. "O quadro é grave e todos nós sabemos a dificuldade de amanhã. Ou seja, Goiás pode se transformar no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Minas (Gerais). Então, tenho que tomar as medidas antes que a situação se agrave."

> *"O quadro é grave e todos nós sabemos a dificuldade de amanhã. (...) Então, tenho que tomar as medidas antes que a situação se agrave"*
>
> **Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás**

DIÁLOGO

O governador afirmou também que chamará tanto as bancadas federal e estadual quanto os demais poderes para dialogar sobre o assunto, antes do envio à Assembleia. Essa conversa deve ocorrer no próximo dia 17, quando o economista e especialista em Previdência Paulo Tafner estará em Goiânia. "Teremos uma exposição feita pelo Paulo Tafner, que está fazendo os estudos de Goiás há mais de quatro meses."

Como adiantou O POPULAR em 21 de setembro, a proposta a ser apresentada pelo governo está sendo acompanhada por Tafner, com quem Caiado conversou por videoconferência no início da tarde de ontem, e prevê uma redução do déficit entre R$ 1,5 bilhão e R$ 1,8 bilhão nos próximos dez anos.

À época, o presidente da Goiás Previdência (Goiasprev), Gilvan Cândido, relatou que a proposta de reforma estadual deve apresentar a instituição de idade mínima para aposentadoria, assim como regras de transição e revisão de valores de cálculo de benefício daqui para frente. Tudo isso seria feito via projeto de lei ordinária, conforme afirmou Caiado à coluna *Giro* em 8 de setembro, porque a expectativa era apenas aderir à reforma federal, com regra estipulada pela PEC paralela.

Como a proposta federal não avançou e o governo resolveu enviar sua própria proposta, serão necessárias modificações mais profundas. Por isso, o envio de uma PEC à Assembleia, assim como os quatro projetos de lei. Caiado, inclusive, já conversou com o presidente da Assembleia, deputado Lissauer Vieira (PSB), a respeito do assunto.

À reportagem, Lissauer diz que já afirmou ao governo compromisso de auxiliar na aprovação dos projetos na Casa. "Goiás será o primeiro Estado a encarar isso, haja vista que não teve êxito nas negociações no Congresso. Assim que enviada a proposta, vamos discutir, porque precisamos estancar isso. Atualmente, o Estado tem um déficit de aproximadamente R$ 230 milhões por mês. Não vamos resolver da noite para o dia, mas podemos conseguir pelo menos não deixar que isso continue crescendo."

Governo busca auxílio de emendas parlamentares

Em reunião de cerca de duas horas no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o governador Ronaldo Caiado (DEM) apresentou ontem a deputados federais e senadores um caderno de sugestões para aplicação de suas emendas parlamentares. Como adiantado pela coluna *Giro* de ontem, o caderno contem 221 propostas – 59 para emendas de bancada e 162 para emendas individuais – que somam R$ 1,3 bilhão em investimentos.

O caderno de sugestões reúne propostas de 19 órgãos das administrações direta e indireta e foi organizado pelo secretário-chefe da Governadoria, Fábio Cammarota, com a intenção de fazer uma parceria com os parlamentares, que devem ter direito a aproximadamente R$ 500 milhões em emendas para 2020, somando-se as individuais e as de bancada.

> *"Então, através desse planejamento, a gente pode executar 100% das emendas de bancada"*
>
> **Flávia Morais (PDT), líder da bancada goiana no Congresso**

Caiado afirmou que o caderno de sugestões é para atender às obras que o governo definiu como prioritárias. A intenção, segundo o democrata, é concluir essas obras em um curto tempo. "São sugestões que estamos apresentando, sabendo, lógico, que a decisão (de aplicar a emenda na obra sugerida ou não) cabe aos deputados", disse.

As emendas parlamentares são geralmente usadas por deputados e senadores para atender às demandas de suas bases eleitorais. Caiado disse, porém, que espera contar com a ajuda dos parlamentares, dada a situação financeira do Estado. "O Estado ficará agradecido."

Compareceram à reunião dez dos 17 deputados federais e dois dos três senadores – apenas Jorge Kajuru (Cidadania) não foi, mas mandou representante. A líder da bancada goiana no Congresso Nacional, deputada Flávia Morais (PDT), elogiou a iniciativa de chamar os parlamentares para conversar e afirmou que, embora o "cobertor seja curto", boa parte das emendas deve ser destinada ao Estado.

Segundo a deputada, o trabalho coordenado deve "otimizar a aplicação dos recursos". "Tivemos em outros anos recursos que foram destinados e foram a fundo perdido porque não existia projeto ou licença ambiental. Então, através desse planejamento, a gente pode executar 100% das emendas de bancada", cuja previsão é de R$ 169 milhões para o ano que vem.

Ao POPULAR, o deputado Elias Vaz (PSB) relatou achar possível atender às propostas sugeridas pelo governo. "Ele coloca várias demandas e acho que isso pode contribuir para uma forma mais racional de aplicação das emendas. Então, vejo com bons olhos a iniciativa."

Já o senador Vanderlan Cardoso (PP) disse que a bancada, "unida como está, tem condições de ajudar o Estado, principalmente com as emendas". "Mas também fazendo pressão junto ao governo federal para que venham recursos fora de emendas individuais e de bancada. E isso já está acontecendo."

O POPULAR (08/10)

Estado tenta salvar R$ 21 mi

SEDS-GO Ministério Público de Goiás alerta para o risco de devolução de recursos federais de obras do sistema socioeducativo e governo faz força-tarefa para conseguir impedir situação

Thalys Alcântara
thalys.alcantar@opopular.com.br

O governo de Goiás está correndo para não precisar devolver recursos federais para a construção de três centros de internação de adolescentes infratores. Os prazos dos convênios, que somam R$ 21 milhões, para a edificação de centros de atendimento socioeducativo (Cases) em Itaberaí, Itumbiara e Porangatu (*veja quadro*), vencem nos próximos meses e as obras precisam estar em andamento para que eles sejam renovados. Acontece que todas as três intervenções estão paralisadas oficialmente desde março por falta da contrapartida do governo estadual.

A obra mais atrasada é a do Case de Porangatu, no Norte do Estado, que começou em 2014, mas menos da metade está concluída. Quando estiver pronta, ela deve comportar 58 internos. Uma das justificativas da demora é uma batalha judicial com a prefeitura, que terminou com a obrigação da mudança do local onde a unidade seria construída.

A alteração do terreno acabou gerando um aumento de gastos com a construção, que teve aditivo contratual de 23% sobre o valor original. Em 2017, após vistoria no local, o Ministério Público pediu mais celeridade na obra. Mais de R$ 2,4 milhões do governo federal já foram investidos no Case de Porangatu e R$ 580 mil do Estado. Ainda faltam mais de R$ 5 milhões das duas fontes. O prazo do convênio da obra vence em dezembro deste ano.

Já a obra mais adiantada é a do Case de Itaberaí, 100 km da capital, que está 83% concluída. Construída na zona rural, a unidade ainda precisa de acabamento, como a pintura, a compra de equipamentos e a instalação elétrica. Quando estiver pronto, o Case terá a capacidade de internar 52 adolescentes. O valor restante para a conclusão da obra de Itaberaí é de pouco mais de R$ 3 milhões, sendo que dois terços é de contrapartida do governo estadual.

O caso do Case de Itumbiara, que está 51% concluído e ainda precisa de R$ 648 mil do Estado e de R$ 4 milhões de verba federal, é o mais urgente, já que o prazo do seu convênio vence este mês. A unidade chegou a ser citada pela subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público, Laura Bueno, como prestes a ter o dinheiro devolvido.

> *"Pode ter certeza que o recurso não vai voltar. Vamos utilizar o recurso e vamos desobstruir estas obras. Está fora de cogitação"*
>
> **Lúcia Vânia, Seds-GO**

HISTÓRICO

No ano passado, o MP entrou com uma ação no Judiciário contra o Estado por não ter cumprindo um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2012 com o órgão, que previa, entre outras coisas o aumento de vagas do sistema socioeducativo.

Reportagens do POPULAR já mostraram, que além da situação precária das estruturas das unidades e da falta de servidores, decisões judiciais para internar adolescentes infratores acabam sendo negadas por falta de vagas. De acordo com Laura Bueno, isso ainda acontece. No entanto, ela se diz otimista.

"O Estado está sinalizando que vai dar atenção ao socioeducativo. Te confesso que estou esperançosa", diz a subprocuradora. Este sinal teria sido dado em uma ligação da nova titular da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds-GO), órgão responsável pelo sistema socioeducativo, a ex-senadora Lúcia Vânia.

Recém-empossada no cargo, Lúcia Vânia disse ontem ao POPULAR que está sendo realizada uma força-tarefa para que não seja necessário devolver o recurso federal. "Pode ter certeza que o recurso não vai voltar. Vamos utilizar o recurso e vamos desobstruir estas obras. Não existe a menor possibilidade, está fora de cogitação."

Lúcia Vânia diz que o socioeducativo será uma de suas prioridades na condução da pasta e garante que em 30 dias já terá apresentado mudanças relevantes no sistema socioeducativo. Só neste ano, a gerência responsável especificamente pelo socioeducativo dentro da Seds-GO já passou por três pessoas diferentes.

Por nota, a Seds-GO informou que o processo de renovação do convênio da obra de Itumbiara está em processo de renovação no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), responsável pela execução das obras, também garante que o dinheiro não será devolvido. Segundo o órgão, está em fase final a liberação de recurso estadual necessário para a retomada da obra.

Além destas três obras com recursos federais, outros três Cases que estavam sendo construídos apenas com verba estadual, também estão com suas obras paradas. São as unidades de Caldas Novas, Rio Verde e São Luís de Montes Belos. Juntas, as seis unidades representam 318 vagas no sistema socioeducativo, um aumento de 81% de sua capacidade, que atualmente é de 393 vagas para internos do sexo feminino e masculino.

Sindicato fala da necessidade de 1.100 servidores

O presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás (SINDSSE-GO), Roberto Conde, defende que além da conclusão de novas unidades de internação de adolescentes, o sistema socioeducativo precisa de mais servidores concursados. Ele lamenta que neste ano foram contratados muitos funcionários comissionados, sem critérios adequados de escolha.

De acordo com Conde, atualmente, a quantidade de efetivos no socioeducativo de Goiás não passa de 600 e que o número ideal de novos contratados seria de 1.100. Ele reclama que na gestão de Marcos Cabral, que tocou a Secretaria de Desenvolvimentos Social (Seds) até semana passada, não houve nenhum avanço para ter melhorias do sistema socioeducativo, além da troca de comissionados. "A gente espera que a visão da nova gestão seja realmente voltada para o socioeducativo como a Lúcia Vânia falou", diz o presidente do SINDSSE-GO.

Nova titular da Seds, Lúcia Vânia afirmou que na área de mão de obra, o foco do início de sua gestão será o remanejamento de servidores da pasta para o socioeducativo. "Não vamos fazer concurso público, pelo menos a curto prazo", diz. A ex-senadora diz que vai construir um socioeducativo mais humanizado com esporte, lazer, ensino formal, disciplina e criatividade.

Wildes Barbosa



Secretária Lucia Vânia diz que trabalha para não perder verbas federais

O POPULAR (08/10)

Relatório apura irregularidades

UEG Levantamento verificou que apenas 4 dos 41 câmpus da instituição comprovaram conformidade na escolha dos nomes para o CSU. Quase metade dos locais não respondeu ao questionário

André Costa

Jéssica Torres
jessica.torres@opopular.com.br

Um relatório elaborado pela Comissão Eleitoral da Universidade Estadual de Goiás (UEG) verificou que apenas 4 dos 41 câmpus da instituição comprovaram regularidade na escolha dos nomes para o Conselho Superior Universitário (CSU). Foram encaminhados formulários para todos os câmpus, entretanto 20 não responderam. Dentre os 20 que enviaram informações, há, além dos quatro em conformidade, seis preliminarmente irregulares. Ainda neste grupo, dez informam que não houve interessados no pleito, entretanto, não enviaram documentação comprobatória. A eleição do CSU no Câmpus de Morrinhos é alvo de ação judicial por indícios de falhas.

O prazo estipulado para reportar as informações era o último dia 5, mas foi prorrogado até o próximo dia 9.

Caso as irregularidades sejam confirmadas, sindicâncias devem apurar a responsabilização da fraude e se houve intenção de desrespeito às normas.

A decisão de "passar um pente fino" na regularidade dos conselheiros universitários surgiu após uma denúncia envolvendo o Câmpus de Morrinhos, próximo a Caldas Novas, em março deste ano. Mais de cem estudantes organizaram um abaixo-assinado que indicava que um estudante da unidade estaria votando no CSU sem ter sido eleito, como é previsto no estatuto da universidade.

A partir disto, o reitor interino Rafael Borges decidiu não só apurar a situação deste conselheiro de Morrinhos como de todos os demais câmpus da UEG.

O Conselho Universitário é formado por três representantes de cada uma das oito regionais da UEG, sendo um estudante, um professor e um técnico-administrativo. Estes representantes, que são conselheiros com poder de voto, devem ser escolhidos por eleição em seus respectivos câmpus.

Na prática, esta apuração é feita pela Comissão Eleitoral Central da UEG, que enviou solicitações para todos os câmpus, de documentos que comprovem a realização de eleições para a escolha dos conselheiros. Uma nova data limite para a entrega dos dados será definida, segundo a assessoria de imprensa da universidade.

No entanto, diante da atual situação, Borges afirma que existe uma normativa de como proceder nas eleições locais e que desta vez é essencial uma representação no CSU com legitimidade. "Precisamos primeiro resolver isto, porque não tem como convocar eleição para o CSU em meio a esta crise", afirma.



Fachada da Universidade Estadual de Goiás, no município de Trindade

Guia do aluno

Vestibular UEG abre processo seletivo para vestibular 2020/1. Saiba mais:

Vagas disponíveis: 3.694
Prazo de inscrição: De 9 de outubro a 11 de novembro
Número de cursos oferecidos: 40
Data da prova: 15 de dezembro de 2019

Taxa de inscrição:
Curso de Medicina: R$ 180,00
Arquitetura e Urbanismo: R$ 120,00
Demais cursos: R$ 100,00
Site para inscrição: www.nucleodeselecao.ueg.br

DEMISSÕES

O reitor da UEG diz ainda que procura ajustar a situação o mais breve possível, já que a instituição está próxima de cumprir uma ação judicial, que ordenou em março deste ano, a rescisão de 1.490 contratos de funcionários temporários. Este número representa 47% da mão de obra da instituição de ensino superior atualmente, no qual 700 são de professores e 790 de técnicos administrativos.

No caso do curso de Medicina Veterinária, que recebeu reclamações de estudantes, o reitor afirma que ontem foram nomeados seis novos professores efetivos. "Este problema já está resolvido, e quanto ao desfalque de professores para atender os alunos estamos estudando as alternativas", diz. Segundo ele, como ainda há um porcentual que pode ser recontratado por meio de processo seletivo, com carga horária diferente, esta será possivelmente a opção escolhida para reverter a crise.

> *"Não dá para saber ainda se houve má fé ou não"*
>
> **Rafael Borges, reitor interino da UEG**

As primeiras rescisões aconteceram no início de agosto, com 190 demitidos. Com um desfalque tão grande, o futuro da UEG começou a ser considerado incerto. Mas o reitor garante que tudo será normalizado.

"O que acontece é que os contratos estipulavam o período de um ano, com possibilidade de prorrogação, no entanto, alguns deles estavam há 15 anos desta maneira e nunca foram resolvidos", explica Borges. O reitor acrescenta que somente após o ajuste em relação à ação judicial, e a apuração quanto às eleições dos conselheiros é que será possível uma eleição para um novo reitor.

Rafael Borges assumiu a reitoria da UEG temporariamente após Haroldo Reimer, investigado por supostas irregularidades no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), pedir afastamento do cargo e o substituto, Ivano Devilla, renunciar ao posto.

Mudanças são feitas em edital

O número de vagas ofertadas para o próximo vestibular da Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi reduzido e o valor das inscrições está mais barato. Estas foram as principais novidades divulgadas ontem pelo reitor interino Rafael Borges.

No vestibular para o primeiro semestre do ano passado foram ofertadas 5.035 vagas. Já neste ano, devido a uma ação judicial que ordena demissão em massa de funcionários por irregularidades apontadas em março deste ano, o número foi reduzido para 3.694, distribuídas nos 40 cursos disponíveis.

Além disto, a UEG deixa de oferecer vestibular para sete cursos, pois estes tiveram nota 1 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). "Cinco já estavam suspensos anteriormente devido a nota", explica o reitor. Para este ano, na prática ficarão de fora os curso de, Economia em Itumbiara e Ciências Contábeis em Uruaçu.

As inscrições podem ser feitas pelo site da UEG, entre amanhã (9) e 11 de novembro. Já o vestibular será realizado no dia 15 de dezembro. Em relação às taxas de inscrição, estas foram alteradas de acordo com o curso oferecido. Medicina passou de R$ 280 para R$ 180, já nos demais cursos, as inscrições passaram de R$ 120 para R$ 100, com exceção de Arquitetura, que passou de R$130 para R$ 120.

"Os alunos melhor classificados vão poder escolher em qual unidade vão querer estudar e, assim, vamos confirmando e fechando as turmas. Estamos dando protagonismo aos estudantes. Poderão ser marcadas até três cidades de interesse", disse o Borges.

O POPULAR (08/10)

SAÚDE PÚBLICA

Estado nega pedido de desistência da OS no Hugo

A Secretaria de Estado da Saúde negou o pedido de desistência do Instituto Haver, que não quer mais participar do Processo de Chamamento Público nº 02/2019, por meio do qual será escolhida a nova organização social (OS) que será responsável por gerenciar, operar e executar ações e serviços no Hospital de Urgências de Goiás (Hugo).

A manifestação da OS se deu no dia 3, em nota encaminhada à imprensa. Ontem, a Saúde informou, em nota, que o edital do certame prevê que não caberá desistência das propostas após a fase de habilitação das OSs, exceto por "motivo justo de fato superveniente e aceito pela Comissão de Chamamento Público (CICP) da SES-GO". Até o momento, continua a pasta, não teria sido identificado nenhum fato que justifique o pedido e, assim, não haveria fundamentos ou circunstâncias para que a solicitação fosse acolhida. Procurado pela reportagem, o Instituto Haver comunicou que ainda não se pronunciará sobre o assunto.

Recurso federal

Ronaldo Caiado apresentou 221 propostas de emendas parlamentares a congressistas

07/10/2019 19:22 ··· Por Elisama Ximenes ···

Governador reuniu-se com deputados e senadores para apresentar sugestões de investimentos no Estado por meio de verba parlamentar



Nesta segunda-feira, 7, o governador Ronaldo Caiado (DEM) reuniu deputados, senadores e representantes para sugerir emendas parlamentares que possam garantir investimentos em Goiás, que totalizam cerca de R$ 1,3 bilhão.

O chamado Caderno de Sugestões de Emendas contém as demandas prioritárias do Estado. Caiado frisou que a destinação da verba é de livre escolha dos parlamentares, e que respeita a decisão de cada um. “Eu senti a necessidade de pedir a vocês esse empenho pessoal para que haja uma sintonia maior dessa verba para aquilo que pode ser transformado em realidade”, disse.

“A cartilha tem 221 propostas, sendo 162 para emendas individuais e 59 de bancadas”, continuou. Estão na lista itens como reconstrução de rodovias, conclusão de hospitais, melhorias na educação e assistência social. O governador afirmou que, neste momento, a prioridade é terminar o que as gestões anteriores prometeram, mas não cumpriram. “Faremos referência a todo deputado e senador, com o seu nome cravado na placa de inauguração da obra, mostrando a participação de cada um”, garantiu.

Caiado apontou o secretário-geral da Governadoria, Fábio Cammarota, como o responsável pela compilação de dados. Ele, ao lado do chefe de Gabinete de Representação de Goiás em Brasília, Breno Vieira, é interlocutor entre o Governo de Goiás e os parlamentares. O governador também sugeriu que cada deputado federal e senador conversem com os secretários, a fim de avaliar as demandas mais urgentes dentro de cada área que estejam interessados em contribuir. “Se pudéssemos ter essa vertente, é relevante para nivelar um pouco a situação de desatenção na área da saúde, social, segurança pública e educação”, completou.

Reação
A cartilha e a abertura para diálogo foram elogiadas pelos parlamentares. O senador Vanderlan Cardoso (PP) garantiu a Caiado que a bancada estará atenta ao mapeamento de prioridades. “Da minha parte, vamos estar não somente com as nossas emendas e as de bancada, mas procurando também buscar brechas ali no Governo Federal, em verbas extras, para trazer para o nosso Estado”, salientou. “No mais, meus agradecimentos, governador, por esse convite de discutir o Estado de Goiás no momento de crise que ele está passando”, disse.

O deputado federal Célio da Silveira deu ao governador a certeza de que ele contará com o apoio da bancada, que busca formas para que “Goiás cresça, se desenvolva e traga qualidade de vida ao povo”. Na mesma linha, o senador Luiz do Carmo (MDB) convocou todos os parlamentares a lutarem juntos pelo Estado. “Nosso objetivo é trabalhar e fazer muito com Goiás”, afirmou, ressaltando a importância do diálogo com os secretários de Estado.

O deputado federal Francisco Júnior (PSD) parabenizou o governador pela organização do material, que lista as sugestões de emenda, e também se colocou à disposição para contribuir. Sugeriu ainda que seja elaborado um planejamento de ação da bancada para os próximos anos. E a deputada Flávia Morais (PDT) confirmou que prepara para o dia 15 uma reunião com todos os parlamentares. “Vamos fazer um afunilamento disso tudo, para que possamos definir os investimentos”, projetou.

Com informações do Governo de Goiás

ROTA JURÍDICA (07/10)

Ministro considera incabível reclamação do MP de Goiás sobre condições de presídios

7 de outubro de 2019 - 07:29

O ministro Alexandre de Moraes negou seguimento (julgou incabível) à Reclamação (RCL) 37133, ajuizada pelo Ministério Público de Goiás contra decisão da Justiça estadual que impediu a subida de recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) em ação civil pública que discute as condições dos presos em estabelecimentos prisionais do estado. De acordo com o relator, a reclamação é incabível porque há recurso pendente de análise pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO).

Na ação civil pública, o Ministério Público estadual pede que o Estado de Goiás e a Agência Goiana do Sistema de Execução Penal sejam obrigados a manter condições mínimas de alimentação, higiene e instrução dos presos das três unidades prisionais (a Casa de Prisão Provisória, o Centro de Inserção Social e a Casa do Albergado). O Tribunal de Justiça, reformando a sentença condenatória de primeira instância, julgou improcedentes os pedidos, com base no princípio constitucional da separação de Poderes.

Na reclamação, o Ministério Público pede que o STF anule essa decisão e determine ao TJ-GO que profira outra, observando a tese de repercussão geral firmada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 592581. Ao julgar o RE, o Plenário do STF decidiu que o Judiciário pode determinar à Administração Pública a realização de obras ou reformas emergenciais em presídios para garantir os direitos fundamentais dos presos, como sua integridade física e moral.

Atalho processual

O recurso extraordinário para que a decisão seja submetida ao STF não foi admitido pelo presidente do TJ-GO, por considerar que foi apresentado após o prazo legal. De acordo com o ministro Alexandre de Moraes, nessas circunstâncias, fica evidente que não houve o esgotamento dos meios recursais na instância de origem, o que inviabiliza o ajuizamento de reclamação para questionar a inobservância de tese de repercussão geral. O ministro acrescentou que a reclamação não pode ser usada como atalho processual ao STF.